

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 25

(Sem revisão final)

12 de março de 2019

(18 h 08 m – 19 h 38 m)

Ordem do dia:

Audição do Juiz-Conselheiro Júlio Pereira (ex-Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa)

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Jorge Machado (PSP)

Berta Cabral (PSD)

Jorge Gomes (PS)

João Vasconcelos (BE)

Telmo Correia (CDS-PP)

José de Matos Rosa (PSD)

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Temos, hoje, mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

Eram 18 horas e 8 minutos.

Connosco, hoje, temos o Sr. Juiz-Conselheiro Júlio Pereira, obviamente não nessa qualidade, mas na qualidade de ex-Secretário-Geral do SIRP (Sistema de Informações da República Portuguesa), a quem quero agradecer a disponibilidade e a presença.

Nos termos que estão previamente acordados, uma vez que o Sr. Doutor referiu que não pretende usar da palavra inicialmente, passamos de imediato à inquirição, portanto, dou a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, ao Sr. Deputado Jorge Machado, que, segundo os termos regimentais, dispõe de até 8 minutos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito boa tarde a todos. Queria começar por cumprimentar o Sr. Doutor e agradecer a sua presença.

O Dr. Júlio Pereira exerceu funções entre o SIS (Serviço de Informações de Segurança) e o SIRP até maio de 2017, salvo erro...

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Novembro!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Até novembro de 2017. Portanto, a 9 de maio é que é tomada a decisão da sua substituição.

Entretanto, no exercício das suas funções, lidou com aquilo que, no fundo, estamos aqui a abordar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. A

pergunta óbvia que tenho a fazer-lhe é esta: que informações é que os Serviços de Informações tinham relativamente ao furto, aos indícios, à probabilidade, ao risco inerente do furto que ocorreu, com a gravidade que teve?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira** (ex-Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa): — Muito boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os meus cumprimentos. Muito obrigado, Sr. Deputado, pela questão que acaba de me colocar.

Acompanhámos a temática relacionada com o furto de armamento em Tancos a partir do momento em que houve notícia do facto. Até essa altura, era uma questão respeitante à segurança militar. A partir do momento em que o equipamento de lá desapareceu, passou a ser um problema de segurança nacional, digamos assim, de segurança interna, especificamente.

A informação, já disse aqui numa anterior audição, que temos foi aquilo que veio na imprensa e aquilo que se coligiu, depois, numa reunião com o Gabinete Coordenador de Segurança.

A nossa preocupação foi avaliar o significado daquele facto em termos de segurança interna. Tendo em conta, digamos, os indicadores técnicos que se usam nestas circunstâncias, tendo em conta os potenciais agentes de ameaça, as suas intenções e as suas capacidades, pareceu-nos que seria um problema essencialmente relacionado com questões de crime organizado, nomeadamente tráfico de armas, se bem que houvesse sempre um risco de algum desse equipamento poder ir parar a mãos de pessoas envolvidas nouro tipo de riscos para a segurança nacional.

No entanto, foi essa a avaliação que fizemos na altura, demos conta desse facto, considerou-se que haveria um grau de ameaça significativo relativamente ao problema do crime organizado, especificamente em relação

à questão das armas, mas manteve-se o grau geral de ameaça, que era o grau moderado, na altura e penso que é aquele que existe ainda hoje.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O Sr. Doutor confirma que, no fundo, não tinha nenhuma informação ou indício relativamente ao cenário ou à possibilidade de o furto ocorrer e que soube pela comunicação social a ocorrência do mesmo?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — É isso.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Podia detalhar as razões que permitiram a manutenção do estado de ameaça relativamente ao nosso País depois do furto? Por que é que foi tomada essa decisão?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Pelos indicadores que há bocado referi, nomeadamente os agentes de ameaça que conhecemos, as capacidades e as intenções, portanto, há todo um histórico à volta destas temáticas que são avaliadas pelo SIS, neste caso em concreto.

Temos de ver que temos cinco graus de ameaça em Portugal, desde um grau de ameaça reduzido até um grau imediato. Não é qualquer situação que leva a que se altere um grau de ameaça, porque a alteração do grau de ameaça não tem um efeito neutro, como é óbvio. Obriga a uma alteração de dispositivo das forças e serviços de segurança.

Se houvesse uma alteração de ameaça sem razões bastantes, em vez de cinco, teríamos de ter uns 50 graus de ameaça ou até mais. Por outro lado, se isto se altera de qualquer maneira, ou com muita frequência, ou sem razão, ou por mera cautela, isso pode conduzir a que sejamos levados a uma situação semelhante à que se fala aqui: a história popular do «Zé e do Lobo».

Chega-se a uma certa altura e ninguém, enfim, se preocupa muito com esse facto.

Portanto, nós, enfim, o serviço de informações, porque já não faço parte da instituição, fez uma avaliação rigorosa e cuidadosa daquilo que isso significava em termos de segurança e resolveu-se manter o grau de ameaça. Aliás, parece-me que os factos vieram confirmar, digamos, a previsão que tinha sido feita acerca desse assunto.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Se bem percebi, a percepção era de que o furto tinha origem e motivação numa criminalidade que não era mais violenta do ponto de vista de ataques terroristas ou de grupos associados a tal. É essa a percepção que determina?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Quer dizer, em relação a grupos terroristas, pode acontecer sempre que algum material vá lá ter, não é?! Mas a nossa ideia era de que poderia estar essencialmente relacionada com cenários de conflito envolvendo instalações militares, eventualmente com alguma conivência que poderia ou não existir dentro dessas instalações, de pessoas que estiveram em cenários desde o Médio Oriente, Ásia Central, África. Portanto, aquilo que nos pareceu mais provável seria um cenário desses. Foi a avaliação que fizemos na altura.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Como é que justifica que os Serviços de Informações não tenham tido, nas suas diferentes antenas, nenhuma percepção ou indício relativamente à possibilidade do furto?

Isto é, quem organiza um furto desta natureza lida num meio normalmente atento por parte dos serviços de informações, presumo. Como é que se justifica que a notícia que os serviços de informação têm

relativamente a este furto seja depois de ele ocorrer, com a comunicação social?

O Sr. Dr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Sr. Deputado, o armamento que estava nos paióis em Tancos estava numa instalação militar e, enfim, a competência para tratar da segurança, mesmo das informações respeitantes a esse equipamento, é do SISMIL (Sistema de Informações do Serviço Militar), não é do serviço de informações civis.

Portanto, o serviço não tem de se preocupar com aquilo que se passa nas instalações militares, partindo-se do princípio, naturalmente, de que aí não haverá problemas ou que há quem trate das questões de segurança nesse âmbito. É evidente que há troca de informações sempre entre as diferentes instituições, mas não era assunto da competência do SIS, nomeadamente.

Agora, devo dizer que os Serviços de Informações fizeram muitos relatórios sobre questões relacionadas com armas, mesmo com furto de armas. Gostava de lembrar que houve situações anteriores.

Houve, pelo menos, em 2010, 2011, salvo erro, a subtração de armamento na Carregueira. Houve, também, uma situação em 2011, salvo erro, no Arsenal do Alfeite. Houve, também, em instalações de uma força de segurança.

Foram feitas análises daquilo que se passava e havia, digamos, um dever, pelo menos, de estar atento a este risco, porque, como já disse anteriormente, as armas são coisas muito procuradas, há um grande mercado de armamento praticamente em todo o mundo, e, portanto, aqueles que querem vendê-las ou as compram nos mercados legítimos ou nos mercados criminais ou, então, vão buscá-las onde elas existirem, e isso já aconteceu aqui em Portugal. Acho que seria motivo de alerta para este tipo de situações.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Quem tem esse «*core business*», não é alvo de atenção por parte dos serviços de informações? O Sr. Doutor diz-nos que a matéria é de natureza militar, portanto, SISMIL, extravasa a nossa competência, mas quem comete o crime, quem negocia armas desta natureza não está no âmbito militar, está no âmbito civil. Portanto, pergunto-lhe se a atenção dos Serviços de Informações não está centrada em quem tem capacidade não só para roubar como também para vender as armas no nosso território.

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Naturalmente que está, daí eu ter referido que os serviços de informações, nomeadamente o SIS, fizeram dezenas de relatórios sobre esses assuntos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Nada de concreto sobre esta questão?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Em relação especificamente a esta questão, não havia qualquer indício nesse sentido.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Qual é a sua perceção relativamente à questão da devolução do material? Nessa altura, salvo erro, já não estava no serviço, não tenho a certeza, mas qual é a perceção que tem sobre como aquilo ocorreu e que informações tem relativamente a todo o processo da devolução do material furtado?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — A devolução do material ocorreu praticamente na altura em que estava de saída. A devolução aconteceu em fins de outubro, salto erro, e saí no dia 6 de novembro.

O que isto revela, no fundo, vai ao encontro da avaliação que tínhamos feito de que não era para alterar o grau de ameaça. Houve algum

amadorismo, o que vai ao encontro, também, das avaliações que tinham sido feitas pelos serviços de que o tráfico de armas era, essencialmente, um negócio de oportunidade aqui em Portugal, porque, de facto, se fosse uma estrutura devidamente organizada, o armamento saía de um lado e entrava noutra, desaparecia do País.

Portanto, terá havido alguma dificuldade em fazer sair esse equipamento e, perante uma operação que estava a ser levada a cabo pelas polícias e pelo Ministério Público, enfim, alguém decidiu devolver o equipamento, salvo algumas coisas que, realmente, têm uma saída muito mais fácil, como é o caso das munições, pois algumas delas não apareceram.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Como é que relaciona a devolução e as munições que desapareceram com o furto das *Glock*? Acha que, daquilo que nos pode informar, os crimes estão correlacionados?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não tenho elementos que me permitam relacionar uma situação com a outra. Talvez agora o processo, o inquérito criminal, seja mais revelador disso.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente. Não tenho mais questões.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do PSD. Sr.^a Deputada Berta Cabral, tem a palavra.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Dr. Júlio Pereira em nome do PSD e quero dizer-lhe também que o PSD pediu a sua presença nesta comissão tendo em conta exatamente as funções que

exercia na altura e, sobretudo, pelos conhecimentos e experiência que tem naquilo que nos pode ajudar neste processo de inquérito.

Vou diretamente às perguntas, porque o tempo acaba sempre por ser pouco. Começava por esclarecer uma questão que tem suscitado, efetivamente, algumas dúvidas. O Sr. Dr. Júlio Pereira disse, na Comissão de Defesa Nacional, que tinha sabido deste furto pela comunicação social, ou melhor, através do SIS e o SIS através da comunicação social. Viemos depois a saber, mais tarde, que houve uma reunião no SISMIL com a presença de várias entidades, entre elas o SIS e o SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa), no dia 29, às 10 da manhã, ainda antes de o Exército fazer o comunicado à imprensa sobre o desaparecimento do material militar.

A questão que se nos coloca é esta: efetivamente, estiveram lá os serviços do SIS e do SIED? Se estiveram, não deram conhecimento, hierarquicamente, ao Secretário-Geral do SIRP? Que descoordenação é que houve entre os vários serviços e, hierarquicamente, dentro dos próprios serviços de informação da República?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Sr.^a Deputada, tive conhecimento através do SIS que, por sua vez, me disse ter tido conhecimento através da comunicação social.

Sobre essa reunião, não vi qualquer reporte por parte do SIS. Aliás, devo dizer que todos os dias há imensas reuniões, por parte do SIS e por parte do SIED, e a coordenação não tem a ver exatamente com isso. Tem antes a ver com os resultados, com aquilo que é relevante, que se obtém desses contactos.

Diz-me que foi no dia 29, às 10 horas. Bom, ou a reunião foi muito rápida ou então... Recordo-me de que a notícia apareceu nos jornais *online*, cerca das 11 horas, e nas rádios também foi por volta dessa hora. Para editar

esse trabalho ainda é preciso algum tempo. É preciso comunicar, presumo, pela agência Lusa, o que demora algum tempo. Dá a ideia de que, então, terá sido mais ou menos na mesma altura.

Põe-se a questão de saber se, neste tipo de situações, os polícias e os ladrões devem ser alertados ao mesmo tempo ou se deverá haver uma comunicação prévia às autoridades, para tentar, enfim, tomar a dianteira.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Doutor, percebo, mas, de qualquer maneira, julgo que os seus serviços, tendo ocorrido esta reunião prévia à publicitação do furto, deveriam, no mínimo, ter-lhe dito logo a seguir: «Olhe, estive numa reunião e isto passou-se». É que, por mais reuniões que haja, não é razoável haver furtos todos os dias em Tancos e esta, de facto, teve de ter, necessariamente, por objeto este tema, que não é um tema comum.

Portanto, o Sr. Doutor já não está em funções e pouco poderá fazer sobre esta matéria, mas eu tenho de concluir, que, de facto, me deixa apreensiva, esta forma de funcionar dos serviços que dependem dos Serviços de Informações da República Portuguesa.

Fica a dúvida, mas noutras audições nós teremos a oportunidade de poder esclarecer esta questão porque, de facto, ela me parece relevante. Não tanto para aquilo que já se passou, mas para aquilo que se pode vir a passar, porque julgo que, no essencial, temos de tirar lições de toda esta situação que se passou.

Já agora, também gostaria de saber se, quando apareceu o material, também soube pela comunicação social, Sr. Doutor.

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Soube através do SIS também. Tinha tido uma reunião com um serviço de segurança que lhe comunicou esse facto, mas penso que, logo nesse próprio dia, houve um comunicado já a dar conta do aparecimento do material.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — E mesmo na primeira situação, o Sr. Doutor, quando soube pelo SIS e pela comunicação social, supostamente, não comunicou com o Governo, não telefonou à Secretária Geral da Segurança Interna, não falou com o Ministro da Defesa, não falou com o CEMGFA (Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas) ou com o Chefe do Estado-Maior do Exército? Não falou com outras entidades para cruzar informação e perceber o que se estava a passar?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Isso foi tratado pela Sr.^a Secretária Geral da Segurança Interna, que é a ela quem compete, em situações desta natureza, tratar desses contactos. Foi aquilo que ela fez: convocou de imediato uma reunião da UCAT (Unidade de Coordenação Antiterrorismo), salvo erro.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Voltando agora à questão de Tancos, propriamente dita, gostava de lhe colocar a questão: como avaliou o ocorrido em Tancos à luz de outros acontecimentos idênticos que aconteceram a nível internacional, próximos de nós, alguns na Europa, outros em Israel, concretamente? Como avaliou toda esta situação à luz de alguma coincidência temporal desses acontecimentos?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Vamos lá ver, como disse há pouco, o tráfico de armas é um grande negócio e, portanto, situações destas ocorrem um pouco por todo o lado, ao longo do tempo.

Efetivamente, tinha acontecido, pouco tempo antes do que se verificou em Portugal, um furto de armas em Israel, alguns meses antes tinha acontecido em França e na Alemanha, também — penso que numa base americana —, portanto, são situações em que quem puder lá chegar vai.

Mas não havia razões para estabelecer qualquer relação entre o que se passava aqui... Aliás, afasto-o liminarmente. Por aquilo que conhecemos do ambiente securitário em Portugal não estou a ver a mínima possibilidade de haver qualquer conexão entre o que se passou aqui, o que se passou em Israel e o que se passou em França.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Doutor, após o desaparecimento do material militar, na primeira audição da Comissão de Defesa Nacional, e a propósito, também, destes furtos a nível internacional e dando alguns exemplos de situações internacionais, defendeu um programa integrado de avaliação sistemática e regular de segurança de todo o tipo de material militar.

Tem conhecimento que que isso tenha tido algum andamento? De que isso tenha sido levado em linha de conta? De que alguma coisa relacionada com essa proposta tenha passado posteriormente?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não tenho conhecimento. Enfim, tenho conhecimento daquilo que se passou dentro do serviço em relação a essa questão; nas instalações militares, não sei de qualquer iniciativa que tenha sido levada a cabo, aliás, pouco tempo depois — isso aconteceu em junho —, em Novembro estava fora do serviço. Portanto, não lhe posso dar nenhum esclarecimento sobre isso.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Não tem, portanto, nenhum conhecimento de que o País tenha tomado medidas preventivas para que esta situação não se voltasse a repetir, em relação a outras instalações de depósito de armas? Ou seja, não aprendemos com os erros?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Na altura, não soube de nada e, agora, até nem devia saber, até porque essas medidas de segurança devem ser mantidas em sigilo, para que não sejam contornadas.

Risos do Sr. Deputado do PCP Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Entretanto esqueceu-se!

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Numa Comissão Parlamentar de Inquérito é sempre importante saber que estas coisas têm as suas consequências e que são levadas em linha de conta.

Gostaria de fazer-lhe uma pergunta que tem a ver com o que se ouviu nalguma comunicação social, na altura e, também, com alguns documentos que nós temos: os serviços que tutelava tiveram alguma informação ou indício de que poderia estar na eminência a ocorrência de uma situação idêntica a esta que acabou por ocorrer em Tancos, ou seja, de algum furto militar, em função de pretensões de organizações internacionais, interessadas em adquirir este tipo de material?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Na altura, foi referido que haveria uma organização terrorista que estaria interessada nesse material, mas era coisa que não tinha o mínimo de credibilidade; não tinha qualquer sentido, até porque essa organização estava completamente decapitada, estava moribunda. Enfim, era uma notícia especulativa que não tinha qualquer sentido. Fora disso, qualquer informação que os serviços tivessem obtido, seguramente que a canalizaram para a entidade competente para a investigação, nomeadamente para a Polícia Judiciária.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — O Sr. Doutor não tinha conhecimento de que os serviços de informação, o SIS, estaria a monitorizar uma situação dessas?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — O Serviço de Informações de Segurança tem várias fontes sobre esta questão e acompanha, digamos, este fenómeno através disso e comunica às entidades competentes para a investigação. Enfim, volto à questão anterior.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Mesmo tendo algumas informações não confirmadas, não seria adequado ter avisado as estruturas militares dessa possibilidade?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Neste momento, não estou em condições de lhe dizer se, efetivamente, isso aconteceu, mas se, realmente, essas informações existiam, elas foram comunicadas, seguramente. Se elas existiam.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — A UCAT reuniu 48 horas depois. Gostaria de perguntar-lhe: é normal que a UCAT só tenha reunido 48 horas depois do furto?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Sr.^a Deputada, não estive na reunião — já para prevenir qualquer outra questão.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Faça só uma apreciação...

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Agora, a UCAT reuniu sem prejuízo das medidas que foram logo adotadas pelas forças e pelos serviços

de segurança. As forças e serviços de segurança não atuam por impulso da UCAT e, no que me diz respeito, os serviços trataram logo de procurar fontes e até de alertar serviços congéneres.

Não sei o que se passou desde que se teve conhecimento do furto até à reunião. Houve todo um processo de inventariação do material subtraído, penso eu, houve um desenvolvimento disso, e penso que terá sido depois de terem coligidos esses elementos é que a reunião se desenrolou. Se há outra razão qualquer para que a reunião tivessem demorado 48 horas a marcar, só a Secretária Geral da Segurança Interna pode esclarecer.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Gostaria também de saber que medidas tomou o Sr. Secretário-Geral do SIRP a nível nacional e internacional, quando tomou conhecimento do furto.

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — A nível nacional, naturalmente, para além dos contactos com as diversas forças e serviços de segurança, os serviços acionaram as fontes em território nacional e contactaram os parceiros congéneres, dando conta daquilo que se tinha passado, do tipo de equipamento subtraído, tentando, enfim, alguma movimentação e transmitirmos e obtermos alguns elementos que pudessem apurar em relação a esse facto.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Teve algum *feedback* desses organismos congéneres internacionais que lhe pudessem orientar no sentido de poder haver, ou não, ou tráfico de armas ou atentados terroristas?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Houve grande interesse, obviamente, por parte, desses serviços congéneres, que tentámos esclarecer. Enfim, num primeiro momento, há sempre alguma preocupação, isso é

normal, mas a coisa desvaneceu-se em pouco tempo. E, depois, nós percebemos porque é que não tivemos *feedback*. É que, afinal, o equipamento não chegou a sair daqui, do território nacional.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Algum: é verdade que ele não apareceu todo, portanto, ainda temos algumas questões em aberto.

De qualquer maneira, gostava de saber se o Sr. Doutor nos pode confirmar se na reunião da UCAT foi levantada esta questão da possibilidade do material furtado ter como fim a realização de atos terroristas.

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Enfim, em relação a isso o SIS tomou a posição que referi aqui: ainda não estava feito um documento mais desenvolvido sobre avaliação de ameaça, mas logo na primeira hora apontou-se no sentido da criminalidade organizada, fundamentalmente.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — O facto é que o CEMGFA, representando o EMGFA (Estado-Maior General das Forças Armadas), para essa reunião da UCAT dispunha de elementos que, pelo menos na perspetiva do CEMGFA, de que o material furtado constituía um risco à segurança interna e podia ser utilizado em atentados terroristas.

Apesar disso, isso não foi levado em grande linha de conta e não foi alterado o estado de ameaça à segurança do País, que se manteve como moderado.

Em sua opinião, porque é que isso não foi tido em linha de conta? Porque é que não foi alterado, mesmo que transitoriamente e durante alguns dias, até se perceber exatamente os contornos dessa operação?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Como disse há pouco, não se pode andar a alterar os graus de ameaça assim, sem mais, nem menos, sob

pena de, a partir de certa altura, ninguém se preocupar com isso. Julgo que a questão dos graus de ameaça tem de ser levada muito a sério.

Independentemente daquilo que outras forças e serviços de segurança digam sobre os riscos desse equipamento que desapareceu, os Serviços é que têm os elementos e têm as condições para fazer essa avaliação. Portanto, certamente que isso foi comunicado, obviamente, também ao SIS e o SIS terá tido isso em conta.

É claro que qualquer instrumento é um instrumento que pode, potencialmente, pôr em causa a segurança interna. Aliás, hoje praticam-se atos terroristas com armas ligeiras e até com veículos automóveis, com facas, etc.

Agora, temos de situar aquilo que se passou num contexto de probabilidades e as probabilidades que nós avaliámos foram aquelas que referi à Sr.^a Deputada e, por isso, julgámos que não era de alterar o grau de ameaça.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — O Sr. Doutor não acha que terá havido, suplementarmente, uma preocupação de não causar alarme na população, mesmo que isso significasse correr algum risco, não se conhecendo exatamente, ainda, os contornos da operação? Isso não foi tido em conta?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Isso não é tido em conta. Na definição dos graus de ameaça, isso não é tido em conta, sob pena de se incorrer num erro muito grave que afeta os serviços e que afeta a credibilidade do Estado.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Pergunto isso porque, efetivamente, tendo o EMGFA levado essa tese para a reunião da UCAT e tendo a Polícia Judiciária e a PGR (Procuradoria-Geral da República) desenvolvido uma

linha de investigação para o terrorismo, linha de investigação que ainda hoje continua, como bem se sabe, e é isso que justifica a entrega do processo à PJ (Polícia Judiciária) e não à PJM (Polícia Judiciária Militar), de facto, há aqui alguma contradição que nós, nesta comissão, gostaríamos de ver esclarecida

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Sr.^a Deputada, não há contradição nenhuma porque a única entidade que tem competência para fazer essa avaliação é o SIS. Portanto, pode haver contradição entre quem tem a competência e quem não a tem, mas essa não é uma contradição válida.

Aquilo que é de facto relevante é a avaliação feita pela entidade competente para esse efeito. O SIS teve em conta, naturalmente, as sensibilidades das forças e serviços de segurança e das forças militares, mas manteve aquele grau de ameaça, embora o tenha, como disse há pouco, elevado para significativo, naquele segmento específico relacionado com a criminalidade organizada, máxima com o tráfico de armas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada Berta Cabral.

Segue-se, agora, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra, nos mesmos termos, o Sr. Deputado Jorge Gomes.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Juiz-Conselheiro Júlio Pereira, é um prazer revê-lo e quero agradecer, em nome do Partido Socialista, a sua presença aqui para fazer o seu depoimento e para poder responder, dentro das possibilidades, às nossas questões.

Começando, precisamente, pela questão da reunião da UCAT, que foi feita dois dias depois, gostaria de perguntar-lhe, se é que nos pode explicar, qual foi a gravidade que foi atribuída à situação, nessa reunião?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Sr. Deputado, como disse, não estive nessa reunião. Aquilo que me foi comunicado foi que essa reunião foi, essencialmente, para apurar o equipamento que tinha desaparecido e o significado disso, e para cada um dos participantes dizer aquilo que ia fazer ou o que estava a fazer relativamente a esse facto.

É evidente que isto suscita grande preocupação. Suscita sempre preocupação, mas, enfim, as coisas foram avaliadas nos termos que já lhe referi, nesta audição.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Foi discutida a possibilidade de se tratar de um furto com ligações concretas à ETA (Euskadi Ta Askatasuna)?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — A ETA, nessa altura, estava praticamente desmantelada.

Aliás, eu estava a falar sobre isso. O aparelho militar da ETA estava completamente perdido. Como sabe, a partir do momento em que, em França, começaram a ser acoissados pelas autoridades, houve uma tentativa de se estabelecerem aqui, em Portugal, e essa tentativa foi a última. A partir daí, foi sempre...

Nesse momento, já não havia qualquer atividade nesse plano militar e já estava em curso o diálogo, em termos políticos, praticamente como está hoje. Portanto, não havia... Essa é uma hipótese completamente descabida, não tem sentido.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Qual foi a tese do SIS (Serviço de Informações de Segurança), tendo em conta as informações que tinha, na altura, para fazer uma avaliação da situação?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Como?

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Qual foi a tese do SIS, de acordo com as informações que tinha, para avaliar a situação?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Aquilo que se considerou, pelos elementos que referi há bocado, foi que, de facto, seria alguém ligado ao crime organizado, porventura com alguma conivência interna — porventura, não sei se isso aconteceu ou não —; e dizemos isto em função das circunstâncias em que o assalto se verificou.

Admitiu-se a hipótese de haver alguma ligação à possibilidade de tentarem exportar esse equipamento para cenários de conflito, nomeadamente para África, e foi... Isto sem prejuízo, obviamente, da possibilidade de algum desse equipamento poder ir parar a outros destinos, inclusivamente destinos relacionados com ações terroristas. Mas essa hipótese não estava nem na primeira, nem na segunda, nem na terceira linha das nossas preocupações, porventura.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Tendo tido o resultado que teve o furto, ou o assalto, ou o acidente, ou o incidente — já todos os nomes foram utilizados para o que aconteceu em Tancos —, onde é que entendem ter havido o falhanço para que o material não tivesse tido destino, se é que era suposto ter tido algum destino para além do que teve?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Porventura, falta de planeamento, falta de preparação, algum amadorismo, também. Porventura, tiveram «mais olhos do que barriga», digamos assim.

Mas isso, no fundo, vem ao encontro de uma tese que nós defendíamos há muito tempo — «nós», os serviços —, que era a de que o tráfico de armas em Portugal é um tráfico de oportunidade, é um negócio de oportunidade.

Não havia propriamente uma estrutura direcionada para aquele tipo de negócio, havia mais no sentido de aproveitar determinadas oportunidades para o realizar.

Aquilo que, sinceramente, nos preocupava um pouco era a possibilidade de ligação entre o que se passou aqui, em Tancos, e algum cenário em África, nomeadamente.

Temos de ver que, hoje, não há serviço militar obrigatório (SMO). Há pessoas que fazem contratos, ao fim de alguns contratos, saem das Forças Armadas e, às vezes, não sabem fazer mais nada a não ser mexer numa arma — às vezes, mexer muito bem numa arma. E isso é motivo de preocupação, aliás, seria uma das coisas a ponderar, também, em relação à segurança, nesse âmbito. Portanto, essa foi a preocupação maior que tivemos, na altura.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Nessa reunião da UCAT (Unidade de Coordenação Antiterrorismo), dois dias depois, chegou a ser proposto por alguma das entidades o encerramento das fronteiras do nosso País?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Ninguém me relatou isso.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — É uma pergunta, só,...

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Ninguém me relatou isso...

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — ... não é uma afirmação.

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — ... e não me parece que fosse motivo para isso.

Porventura, uma maior presença das forças de segurança aí, tudo bem. Agora, o encerramento... Enfim, acho que era...

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Quando é que o Sr. Doutor teve acesso à lista do material que foi furtado?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Isso foi-me mencionado logo depois da... Aliás, depois foi publicado também na imprensa, não foi?

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Mas o publicado também nós lemos. Gostávamos de saber era...

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Foi-me mencionado logo depois da reunião da UCAT, salvo erro. Não tenho agora bem presente...

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Foi-lhe entregue formalmente...?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Sim, sim, sim. Foi-me comunicado isso.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. General Rovisco Duarte garantiu-nos, na semana passada, que não houve qualquer fuga de informação de todo o Estado-Maior. Como é que se explica que a lista de material furtado tenha aparecido num jornal espanhol?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Essa era uma pergunta...

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — É a pergunta para um milhão!

Risos.

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não é para um milhão, mas, na altura, também gostava de ter sabido como é que isso aconteceu. De facto, não sei como é que foi... Enfim, alguém quis proteger-se como fonte e talvez achasse que, quanto mais remota fosse a publicação, mais seguro ficava.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. General Pina Monteiro, na altura Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, criticou os serviços de informações por não terem partilhado eventuais suspeitas de estar em preparação um roubo de armamento, lembrando que os militares dependem quase totalmente dos conhecimentos partilhados pelos serviços de informações, e disse que, se não tiverem as informações a tempo e elas existirem, é evidente que há uma vulnerabilidade.

A que informações se referia o Sr. General Pina Monteiro? O SIS ou o SIED) teriam conhecimento de alguma eventual ameaça a instalações militares? Revê-se o Sr. Doutor neste tipo de afirmações?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do Orador.*

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Peço-lhe que repita a afirmação anterior.

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Eu disse que me revia nas declarações do Sr. General Pina Monteiro se isso fosse verdade, mas parece-me que refletem as preocupações do lado das autoridades militares, que, porventura, terão considerado que os serviços tinham informações de que elas, eventualmente, não dispunham.

Não tenho a mínima dúvida de que, se houvesse informação relevante e necessária para a segurança militar, seguramente, o SIS tinha comunicado

essa informação. Não tenho a mínima dúvida quanto a isso. Portanto, não sei em que é que ele se baseou, mas posso garantir-lhe — enfim, alguém poderá confirmar, também — que isso, seguramente, não aconteceu.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. Dr. Juiz considera excessivo o tempo que os serviços de informações demoraram a receber a informação? Quem tinha de lha comunicar e não comunicou? Como explica essa descoordenação que existiu?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Vou dizer aquilo que faria.

Se tivesse conhecimento de um furto numa instalação militar, a primeira coisa que faria seria comunicá-lo aos serviços de informações e às polícias — inclusivamente, desviar material daquele não se faz de um dia para o outro, não se leva num bolso nem numa pasta, é preciso ter uma certa logística —, até no sentido de tentar detetar alguma coisa no território nacional que permitisse ajudar a descobrir isso.

As autoridades militares terão achado que, primeiro, seria de inventariar aquilo que aconteceu, o que desapareceu, etc. É uma sensibilidade diferente. Só posso dizer aquilo que faria. Do meu ponto de vista, era isso que deveria ter sido feito.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. Dr. Juiz afirmou na Comissão de Defesa — e também já o fez hoje, aqui, pela rama — que há um risco associado à saída das Forças Armadas de indivíduos que lá prestam serviço, em especial nas forças especiais, e que, posteriormente, sem qualificações que não sejam militares, se veem integrados na vida civil sem grandes perspectivas de futuro.

Como olha para a intenção e a capacidade de grupos criminosos se infiltrarem em estruturas estatais como as Forças Armadas?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Quando fiz essa referência, não estava a pôr em causa a participação das nossas Forças Armadas lá fora.

Aliás, acho que as nossas Forças Armadas têm angariado grande prestígio, não apenas pela sua atuação nos exercícios dos nossos aliados e etc., mas também pela sua presença em missões de estabilização e em missões de paz em cenários diversos, alguns deles muito difíceis, como nos casos do Iraque, do Afeganistão, do Mali ou da República Centro-Africana. Portanto, têm angariado grande prestígio, não apenas em termos operacionais, mas também na capacidade que têm revelado no relacionamento com a população. Acho que não há ninguém que não goste de trabalhar com as Forças Armadas.

Não é esse o aspeto que me preocupa. Aquilo que fiz foi chamar a atenção para o facto de algumas dessas pessoas, que têm uma grande capacidade e um grande conhecimento do manejo de armas, muitas das quais não sabem fazer mais nada, depois, ficarem um bocadinho penduradas em relação ao que vão fazer. Têm várias hipóteses, como a segurança privada ou outras coisas. Chamei a atenção para essa questão, porque acho que é de pensar nela, efetivamente.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Não vê qualquer ligação de países estrangeiros, na tentativa de se servirem dessas pessoas para criar instabilidade interna ao nosso País?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Poderá haver tentativa de recrutamento para trabalhar em... Hoje, há países que praticamente recorrem a exércitos privados. Pode acontecer isso, ou pode ser para trabalhar em organizações civis que se dedicam a operações de segurança, mas com outros

meios, não como se passa aqui, em Portugal, onde a segurança privada não tem as mesmas capacidades que tem noutros países.

Agora, quanto a recrutar essas pessoas para atuação em território nacional, em missões contra a segurança interna, não tenho nenhum indício que aponte nesse sentido.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Poucos meses após o furto, o semanário *Expresso* noticiou um relatório sobre o furto do material militar, atribuindo a sua autoria aos serviços de informações militares, onde se descreviam cenários muito prováveis de roubo de armamento em Tancos e com duras críticas à atuação do Sr. Ministro da Defesa Nacional.

Em comunicado, o Estado-Maior-General das Forças Armadas informou que o Centro de Informações e Segurança Militares, o CISMIL, não produziu qualquer relatório sobre o assunto. O jornal voltou a esclarecer que não atribuiu o documento ao CISMIL, mas sim aos serviços de informações militares, acrescentando que o mesmo teria informação de cariz militar e ao nível da segurança interna.

O Sr. Dr. Juiz teve conhecimento desse relatório?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não tive.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Nem sabe se alguma vez existiu esse relatório ou se foi produzido pelo SIED?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Não sabe.

Havia indícios que levassem os serviços a acreditar que esta situação pudesse acontecer como veio a acontecer?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — A situação de Tancos?

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sim. Também não?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. Dr. Juiz disse à Comissão de Defesa Nacional que a situação de Tancos levantava, obviamente, questões ligadas à segurança física do material e armamento que se encontrava guardado. Lembrando que, no passado, já houve outras situações de desaparecimento de armas de fogo ou explosivos de uso militar, policial e civil, deu a entender ainda que, tendo isso em conta, o sistema de segurança deveria ser repensado.

Esta Comissão de Inquérito serve para apurar as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar de Tancos, mas serve também para registar o contributo e as sugestões e recomendações das pessoas que aqui ouvimos, para que, no futuro, uma situação como a que aconteceu não volte a acontecer. É também esse o nosso dever.

É certo que a segurança militar não pode ser dissociável da segurança em geral, sendo para isso fundamental a articulação entre as entidades civis e militares com responsabilidades nesses domínios. No seu entender, tomaram-se todas as medidas adequadas para se salvaguardar a segurança do País?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Sr. Deputado, não sei o que é que as autoridades militares fizeram depois disto.

Sei que o armamento foi removido, foi deslocado para outros locais. Na altura, falei em mecanismos de tecnologia moderna para acompanhar e

identificar esse material e penso que até cheguei a falar na possibilidade de auditorias externas, obviamente, devidamente credenciadas, como não podia deixar de ser.

Não sei que tipo de iniciativas foram levadas a cabo no seio das Forças Armadas. Só eles é que podem esclarecer o que é que aconteceu depois disso, não é?

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Acha que devíamos repensar o sistema de segurança existente, ou o existente à data do furto?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — O existente à data do furto...

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Falhou.

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — ... revelou as insuficiências que estão demonstradas, não é?

Agora, mais uma vez, não sei o que é que foi feito, portanto, não estou em condições... Aliás, também não me considero um especialista, muito menos agora, nesse tipo de matérias.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Acha que deve ser repensada a forma como os serviços de informações da República se relacionam e comunicam com as Forças Armadas?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Essa é uma atividade que está sempre, permanentemente, a ser repensada.

Hoje, o relacionamento que existe entre os serviços de informações e as forças e os serviços de segurança, e não apenas as Forças Armadas, é completamente diferente daquele que existia há 15 anos, e entre as polícias

também. Portanto, a nova estrutura de articulação e a aprovação do Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e dos Serviços de Segurança foram um impulso muito grande para que isso acontecesse.

Sabe que há sempre uma certa visão feudal das coisas, de cada um levar até ao limite as suas competências. Há sempre alguma dificuldade em partilhar coisas que se considera que podem não ser relevantes, mas que às vezes até podem ser. Isso é um problema inerente às próprias corporações, mas tem havido progressos muito grandes e o serviço tem sempre de rever os procedimentos para os melhorar.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Dr. Juiz, nos serviços que dirigia, foi visto com maior preocupação o desaparecimento ou o aparecimento do material roubado?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — O desaparecimento.

Risos.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Era uma questão que me estava aqui a... Na Comissão de Defesa Nacional deu o exemplo do furto que também houve em França. Como pode comparar o caso português com o caso francês e que pontos comuns existiram nas duas situações?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — O único ponto comum é aquele que já aqui referi: há um grande controlo do armamento. Quanto mais se controla o armamento e quanto mais restrições se levantam em termos legais — e obviamente que elas são necessárias —, mais difícil é o acesso às armas. Quanto mais difícil é o acesso às armas, mais caras elas se tornam;

quanto mais caras, mais dinheiro dão e, portanto, sempre que os agentes desse tipo de criminalidade possam aceder a elas, fazem-no.

Aconteceu em França, aconteceu entre nós e aconteceu em outros países.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Dr., Juiz, tenho uma última pergunta, que é também uma curiosidade desta Comissão. Estabelece alguma relação entre este assalto e o desaparecimento das armas da Polícia de Segurança Pública?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Não tem, no serviço...

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não tenho nenhum elemento que permita estabelecer essa relação e, por outro lado, se houve alguma convivência interna, seria por parte de agentes diferentes...

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sim, sim, esses seriam diferentes... parece-me. Muito obrigado.

Para já, ficávamos por aqui, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos, nos mesmos termos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria cumprimentar o Sr. Dr. Júlio Pereira, Juiz-Conselheiro.

Sr. Doutor, esta Comissão de Inquérito realizou mais de duas dezenas de audições a responsáveis militares e, na opinião do Bloco de Esquerda, chegou-se à seguinte constatação óbvia: os sistemas de videovigilância, e outros, dos Paíóis Nacionais de Tancos encontravam-se obsoletos, degradados, com um conjunto de deficiências e lacunas, havendo relatórios, ofícios, normas a reportar essas mesmas lacunas e deficiências, mas ninguém fez nada, apesar do risco elevado dessa infraestrutura e da sua sensibilidade militar.

Não acha estranho que tenha havido todos esses relatórios e que ninguém tenha feito nada, tanto responsáveis políticos como militares?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Sr. Deputado, não conheço esses relatórios. Era um problema de segurança militar e, portanto, certamente que foram para as entidades responsáveis nesse domínio.

Aquilo de que me lembro, que eu saiba, foi de uns concursos que houve para vedações em instalações militares. Também era uma coisa que talvez devesse ser repensada... sei que a transparência na contratação pública é extremamente importante, mas, enfim, uma revelação *urbi et orbi* das insuficiências da necessidade da sua reparação talvez levante alguns problemas.

Como digo, não tive conhecimento disso e, portanto, não estou em condições de fazer uma avaliação. Também não sou especialista em segurança militar, portanto não me posso pronunciar sobre isso.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Disse que teve conhecimento de alguns contratos, a esse nível, relativamente a essas mesmas lacunas e deficiências, para solucionar esses problemas.

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Sim.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, antes dos acontecimentos de Tancos, correto?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não sei se foi antes ou posteriormente, em alguma busca que tenha realizado. Não estou em condições de responder com rigor a essa pergunta, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E considera que o facto de ter havido todas essas lacunas e deficiências, todos esses problemas, terá facilitado o furto, o roubo do material de guerra?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Sim. Com certeza que sim.

É evidente que, a partir do momento em que o sistema de videovigilância não funciona ou que tem dificuldades... havia problemas, também, no perímetro de proteção, portanto isso dá uma ajuda, obviamente.

Não sei em que medida é que isso terá influenciado a decisão das pessoas que subtraíram o material de o fazer, mas é uma vulnerabilidade, obviamente.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Segundo veio a público, a Polícia Judiciária Militar teria sido informada, em março de 2017 — portanto, três meses antes do furto —, de que havia a possibilidade de ocorrer um assalto a uma infraestrutura militar. O Sr. Doutor sabe quem devia ter fornecido esta informação à Polícia Judiciária Militar?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não sei. Não conheço.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Sr. General Rovisco Duarte, anterior Chefe do Estado-Maior do Exército, disse que soube desta informação quando se deslocou aos Paióis de Tancos, no dia 4 de julho, quando lá foi com outras entidades militares e políticas responsáveis, e que ficou chateado por só ter sabido naquela altura.

Na sua opinião, quem deveria ter informado o Chefe do Estado-Maior do Exército, relativamente a esta matéria, e porque não o fez?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Quem deveria ter informado era quem tivesse essa informação! Como disse, eu não a tinha, quem a tivesse... não sei que entidade é que a poderia ter. Enfim, só sei aquilo que apareceu nos jornais, na altura, de que haveria, inclusivamente, procedimentos num inquérito criminal, mas não sei detalhes sobre esse assunto.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Os serviços de informações, se soubessem dessa possibilidade, deveriam ter informado os responsáveis políticos e militares?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Se soubessem dessa possibilidade teriam, seguramente, informado, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, se não informaram é porque não sabiam?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não sabiam.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Na sua opinião, houve risco de segurança para o País, com o furto daquele material de guerra?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Há sempre risco de utilização de algum desse material, desde logo das munições; e havia também equipamento que poderia servir para assaltos a instalações blindadas. Isso representa um risco.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Alguns responsáveis políticos e militares disseram também que teria havido cumplicidade interna para o furto desse material. Tem a mesma opinião? Acha que terá havido cumplicidade interna?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Acredito, acredito.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Também parece que... parece, não, é uma certeza, que houve ministros, e os próprios serviços de informações da segurança interna, que estiveram quase 24 horas sem informações sobre o roubo. O próprio Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas disse que estava em Bruxelas e que soube dos acontecimentos pelos media.

O Sr. Doutor também soube pela comunicação social?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Exatamente, sim. Soube, através do SIS, que me disse que tiveram conhecimento pela comunicação social. Aliás, soube logo depois de ser noticiado...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E adotou, a partir desse momento, alguns procedimentos diferentes ou tudo ficou na mesma?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não, enfim... havendo uma situação daquelas, o SIS acionou os mecanismos de deteção, digamos, de que dispõe para tentar apurar alguma coisa.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Penso que o Sr. Doutor também já respondeu a uma questão sobre a UCAT ter reunido 48 horas após os acontecimentos, o que também não se sabe se terá sido por desconhecer ou para coligir mais informações... por que motivo teria sido, na sua opinião?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Sr. Deputado, só a Sr.^a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna é que pode esclarecer isso. Pus essa hipótese, de ser para tentar coligir elementos para os poder partilhar com os participantes na unidade.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Na altura, na Comissão de Defesa, quando foram ouvidos vários responsáveis, a Sr.^a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna referiu que transmitiu ao Sr. Primeiro-Ministro que não havia quaisquer elementos que pusessem em causa o grau de ameaça ao território nacional e, também, em matéria de terrorismo. Considera que foram declarações acertadas?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Era a avaliação que o SIS fazia sobre o que se passou, não descurando o risco de utilização... vamos lá a ver, esse tipo de equipamento, designadamente o mais perigoso, não é o que tem sido utilizado em ações terroristas e, por outro lado, também não tínhamos nenhum elemento que nos permitisse dizer que havia qualquer organização preparada para realizar um assalto destes com essa finalidade e, portanto, descurámos essa possibilidade. Ela existe sempre, mas, como digo,

temos de fazer um quadro de probabilidades e elas estavam muito lá para baixo.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — No entanto, a Procuradoria-Geral da República fez sair uma nota de imprensa em que dizia que estavam em causa suspeitas da prática do crime de associação criminosa, tráfico de armas internacional e terrorismo internacional.

Não acha que há aqui alguma contradição entre estas duas entidades?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Sr. Deputado, dou a mesma resposta que dei há pouco: só há contradição quando uma entidade competente para a avaliação do grau de ameaça diz uma coisa e outra diz outra coisa. Como em Portugal a entidade competente para fazer a avaliação de ameaça é o SIS, não pode haver contradição com nenhuma outra. Quer dizer, penso que são escalas de avaliação diferentes. São escalas de avaliação diferentes.

Quando falamos em ameaças para a segurança interna... a segurança interna está permanentemente a sofrer ameaças. Há um crime aqui, outro acolá e isso põe em causa a segurança interna. Agora, para alterar o grau de ameaça... não é qualquer coisa! Tem de haver uma situação suficientemente impactante para que isso aconteça, porque as forças de segurança não têm uma capacidade elástica para se mudar um dispositivo por tudo e por mais alguma coisa. Tem de se ser cuidadoso nessa avaliação e aquela que fizemos foi, o que no fundo se confirmou, de que não era um risco sensível de ameaça terrorista para o nosso País.

Aliás, quando se fala em terrorismo internacional, enfim... poderia acontecer, se fosse para tráfico de armas para um cenário de conflito. É evidente que poderia ir parar às mãos de quem levasse a cabo uma ação

dessas. Terrorismo internacional, nesse sentido, poderia acontecer, mas aqui para a segurança interna, não o consideramos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Teve conhecimento de que algum desse material furtado estava marcado para abate, porque estava obsoleto?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Daquilo que se viu pela comunicação social, em função das declarações que o responsável pelas Forças Armadas disse.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Na sua opinião, é credível o que veio a público pela comunicação, de que o reaparecimento de armas na Chamusca se teria devido a uma operação de... como hei de dizer... de encenação?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Quer dizer, não vejo sentido nisso. Não vejo explicação lógica para isso. Encenação de quê?! O equipamento militar desapareceu, depois é devolvido e isto é uma encenação?! Não vejo sentido nessa tese, digamos assim.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, não acredita nessa tese que veio a público, na comunicação social, de que se teria tratado de uma encenação por parte da Polícia Judiciária Militar?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não faço ideia... enfim, por aquilo que li terá havido uma espécie de negociação, mas aquilo que sei sobre o assunto é o mesmo que sabem todas as pessoas que acompanham esta temática. Ou seja, de que, no fundo tudo isto se terá devido a uma tentativa de recuperação do equipamento, mas isso também não é encenação! Se,

realmente, houve tentativa para recuperação e negociação com as pessoas envolvidas, não há encenação nenhuma, há, realmente uma devolução.

Não sei bem qual o significado dessa expressão «encenação».

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Então, o que veio a público, nomeadamente a elaboração de um memorando, teria sido algo falsificado, que não corresponderá à verdade?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Quer dizer... Do memorando de quê, Sr. Deputado? Não estou a perceber.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Do reaparecimento das armas, por parte da Polícia Judiciária Militar, que veio a público.

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não conheço, não sei.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Por outro lado, na altura do reaparecimento do material de guerra, na Chamusca, foi comunicado que o mesmo foi recuperado, mas depois veio a saber-se, também através da comunicação social, que, afinal, não tinha sido tudo recuperado e que ainda havia outro material de guerra à solta.

Não considera que, a ser verdade, isso poderá colocar em causa a credibilidade de algumas instituições, como por exemplo o Exército, responsáveis políticos, responsáveis militares, os folhetos de informações, etc.?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Vamos ver: na altura, o que se disse foi que tinha sido recuperado o equipamento, exceto umas munições,

salvo erro. As munições são uma coisa fácil de despachar ou de vender, ou seja o que for.

Não vejo em que é que... O problema da credibilidade ou da sensibilidade sobre o assunto aconteceu com o furto, não foi propriamente com os termos em que se processou a recuperação do material, não é?

A partir do momento em que as coisas saem das instalações militares, é sempre possível que algo fique de lado. Aquilo que foi mais estranho, até, foi a notícia de que afinal veio mais uma ou duas caixas. Essa é que é a situação mais estranha.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Doutor, mas a ser verdade aquilo que veio a público, o facto de ter aparecido uma caixa a mais e o facto de ter havido outro tipo de munições que não foram recuperadas e explosivos que davam para rebentar carrinhas de ATM...

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Explosivos não me referiram!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — A ser verdade esse facto ficará em causa a credibilidade das instituições, ou não?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Vamos lá ver, fica em causa exatamente por terem desaparecido do local onde deveriam estar.

Se houve material explosivo que ficou fora, esse é o motivo de preocupação, não propriamente de falta de credibilidade. A questão da credibilidade acontece quando as coisas desaparecem. No momento da recuperação já não tanto, digamos assim.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Última pergunta: alguma vez teve conhecimento de alguma competição entre a Polícia Judiciária Militar e a Polícia Judiciária?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Tive também pelas notícias que surgiram, nomeadamente de que terá havido dificuldades em relação à ação da Polícia Judiciária, mas não sei mais nada sobre o assunto.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar a primeira ronda de perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por agradecer ao Sr. Dr. Júlio Pereira pelos esclarecimentos que deu a esta Comissão.

Por razão de audição do Ministro da Administração Interna não ouvi todos os esclarecimentos prestados, mas procurei informar-me do que tem estado a dizer. Ainda assim, arrisco fazer uma pergunta de base que, eventualmente, já poderá ter sido parcialmente, pelo menos, esclarecida: o que é que, normalmente, o SIS faz para acompanhar uma situação deste tipo seja antes do acontecimento, seja depois? Acompanha como? Atua como? Que tipo de inquirição faz? Como é que faz o acompanhamento e a avaliação deste risco?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Sr. Deputado, como já disse, há pouco, o SIS, desde há muitos anos a esta parte, tem acompanhado o problema do tráfico de armas em Portugal e fez uma quantidade considerável de relatórios sobre esse assunto.

Penso que, inclusivamente, as campanhas de recolha de armas têm muito a ver com os relatórios que foram feitos pelo SIS ao longo do tempo.

É óbvio que esse trabalho é desenvolvido com base nos factos que vão acontecendo e com fontes de que o serviço dispõe, nos locais adequados para o efeito.

Portanto, o trabalho do SIS é fundamentalmente nisso e é através de fontes, porque os serviços não têm meios muito para além das fontes humanas.

Disse também que aquilo que se passou em relação a Tancos não era uma questão que se prendesse com as competências do Serviço de Informações e Segurança, porque era um problema de segurança militar. Só passou a ser uma questão da competência do SIS, a partir do momento em que as armas saíram dos quartéis e passaram cá para fora.

Nessa altura fez-se aquilo que já se fazia antes que é acionar as fontes e, junto dos parceiros congéneres, tentar obter a colaboração para procurar chegar àquilo que aconteceu.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Doutor, diz-nos que o SIS acompanha, utiliza as suas fontes, não outros meios. Sabemos isso e temos até uma opinião sobre o assunto que poderá ser coincidente com a sua! Mas essa é outra questão, ou seja, os meios que têm ou que deveriam ter, que não é para discutir agora.

O que lhe pergunto é: nos últimos relatórios antecedentes a este facto do furto de Tancos, este risco era, ou não, avaliado, era, ou não, ponderado? Havia já alguns dados de que este risco existia? Estava, ou não, mencionado e referido?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não. Em relação a esta questão específica de Tancos, não havia nada. Mas, enfim, fizeram-se outras análises ao longo do tempo, muitas deles tendo até como pano de fundo

aquilo que aconteceu noutras situações de furto de armas quer em instalações militares, quer em instalações das forças de segurança.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Tivemos, pelo menos, a Carregueira, as *Glock* da PSP, vários furtos em instalações no estrangeiro, o que justificaria, em princípio, uma avaliação de risco e, eventualmente, até, uma alteração do conceito e da avaliação da própria ameaça. Ou não?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Desculpe, em relação à avaliação da ameaça, achámos que não.

Embora, vamos ver, quando isto aconteceu, se tenha considerado significativo o risco em relação ao crime organizado e designadamente ao tráfico de armas. Foi o único vetor em que se mexeu na ameaça.

Em relação à ameaça, em geral, achámos que não havia razões para fazer alteração.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Há aqui, depois, um aspeto concreto que é o da questão da divulgação do material furtado. Houve largas dúvidas sobre o material furtado e várias declarações, diria, erróneas e sem conhecimento de causa sobre ele até termos a lista num jornal espanhol. Isto foi visto, foi ponderado, foi acompanhado? Foi fundamento de inquirição ou de avaliação por parte dos serviços de informações? Ou não foi?

Isto porque este é um facto estranho sobre o qual, nesta Comissão não conseguimos ter, até agora, nenhuma resposta minimamente sólida. Toda a gente nos diz que não sabe como aconteceu, como foi possível, como foi parar a um jornal espanhol.

Pergunto se da vossa parte há algum indício nessa matéria.

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Foi estranho também. Durante o tempo em que estive no Sistema de Informações não conseguimos saber como é que isso aconteceu. Não sei se entretanto terão sabido, mas a isso não posso responder obviamente.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Ouviremos a sua sucessora e continuaremos a perguntar, como é evidente.

Também já foi discutida, no âmbito desta Comissão, uma reunião da UCAT, em 30 de junho de 2017. Foi-nos dito pelo CEMGFA (Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas), da altura, no âmbito de uma audição, que existiria uma informação. De resto, a pergunta foi feita por um colega meu do CDS, Deputado João Rebelo, numa audição na Comissão de Defesa Nacional, sobre as informações que existiam e sobre o que é que teria acontecido antes deste caso de Tancos.

Na altura, foi dito que havia uma informação... Penso que não estava o Dr. Júlio Pereira, mas estava o Diretor-Adjunto do SIS nessa reunião, e foi referida uma informação do SISMIL, de fevereiro desse ano, sobre uma viatura que teria sido detetada junto à porta de armas no Quartel-General da Brigada de Reação Rápida, em Tancos, e que essa viatura teria feito várias fotografias do aeródromo de Tancos. Inclusivamente, existiria a informação não só da viatura, como, obviamente, da sua identificação, da sua matrícula, até.

Obviamente, isto remete-nos para outra questão que é a da coordenação, designadamente entre o SISMIL e o próprio SIS e, sobretudo, para o facto de se querer saber se uma informação como esta terá sido valorizada ou não. Se não foi valorizada, há alguma explicação para que não tenha sido? Parece uma informação relevante. Quer dizer, não é normal, muito menos, o registo fotográfico da porta...

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Sr. Deputado, essa informação, por aquilo que diz, enfim, seria posterior ao que se passou em Tancos, não é? A ter acontecido isso, seria motivo para reforçar a vigilância dos paióis, penso eu.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — A informação é anterior!

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não tenho conhecimento disso.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Ela consta da ata da reunião da UCAT que referi. Parece-me que seria uma informação relevante.

Mas, se não tem conhecimento, não posso obviamente insistir.

Disse aqui, pelo que percebi e ouvi do que teria sido dito antes, que esta questão foi sempre associada a tráfico de armas. Mas o tráfico de armas, pergunto-lhe, objetivamente, seria com uma grande probabilidade para uma organização terrorista...

Quer dizer, quais são as hipóteses de este tipo de armamento, ainda que possa existir armamento mais pesado, por assim dizer, estar em organizações criminosas normais, tanto quanto podemos considerar uma organização criminosa uma realidade normal? Este tipo de armamento em concreto era muito provável que estivesse associado ou a conflitos militares ou a organizações de natureza terrorista que, nalguns casos, ainda por cima, passo a expressão, acumulam, estando envolvidas em certos acontecimentos militares em determinadas zonas do globo e que, ao mesmo tempo, se têm dedicado a atentados terroristas, nomeadamente em solo europeu.

Como é que é possível desvalorizar este conceito ou esta ideia de que o destino último, por assim dizer, ainda que passando pelo tráfico, fosse uma atuação terrorista?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Sr. Deputado, não descartámos essa possibilidade, mas apontámos como mais provável o tráfico de armas exatamente para áreas de conflito.

As organizações terroristas não têm comprado armas em Portugal, têm vias próprias para o fazer. Os contrabandistas de armas normalmente não são terroristas. Os terroristas são clientes deles, de alguns deles!

Portanto, não valorizamos essa possibilidade. Enfim, não a excluimos, mas não ficou nas prioridades, digamos assim.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Na avaliação que foi feita, *a posteriori*, que medidas de urgência é que foram ponderadas, nomeadamente para detetar onde poderia estar exatamente este material e, conseqüentemente, para a vigilância de fronteiras e seu possível encerramento, para o acionamento de mecanismos junto de outros serviços de informação de países aliados? O que é que foi ponderado e o que é que foi decidido desse ponto de vista?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — No que diz respeito ao Serviço de Informações, foi acionar as fontes em território nacional e comunicar com serviços congéneres, dando conta daquilo que se passava e procurando a cooperação deles.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sim, mas repare: foi acionado, no entanto, há aqui uma questão, na minha opinião, quase estrutural, que é a da relação entre os decisores, poder político, e as várias entidades envolvidas que vão desde as Forças Armadas aos Serviços de Informações militares e não militares.

Portanto, como é que esta coordenação se operou? Que decisões foram tomadas? Pergunto isto, sobretudo, ponderando para futuro, porque esta Comissão, que foi proposta pelo CDS, tem uma parte que temos valorizado bastante que é a da compreensão do que aconteceu, de como isto foi recuperado.

Já lhe foi perguntado, há pouco, não vou insistir, em relação à questão da encenação. É evidente que a encenação não tem a ver com o facto de ter havido uma devolução. Quer dizer, o que foi encenado foi a ideia de que tinham sido recuperadas por ação de uma polícia, quando, efetivamente, estavam a ser devolvidas! É aí que está a encenação, ou seja, se aquilo foi o resultado de uma ação policial, quando, na verdade, estava a ser uma devolução, eventualmente com parceria interna, porque, sem ela, isso não seria possível.

Esse acompanhamento é relevante, mas há outra coisa, e com isto termino, que é: ouvimos, até, o Dr. Júlio Pereira dizer que soube pela comunicação social, ouvimos os chefes dizerem que grande parte da matéria também tomaram conhecimento ao ouvirem a comunicação social! Quer dizer, dá a ideia de que a informação e a troca de informações neste caso não funcionou.

Dizia eu que esta Comissão tem esse aspeto de perceber o que aconteceu. Mas, quando propusemos a Comissão, propusemos outra coisa que nos parece relevante, nomeadamente sabermos como podemos melhorar, como podemos garantir uma melhor articulação, o que falhou, o que está a falhar ou, mesmo não estando a falhar, o que se pode melhorar ao nível da articulação entre os vários serviços de informações e as várias entidades, designadamente as entidades militares e o poder político.

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Sr. Deputado, já, há pouco, disse que se estivesse na situação de militar quando aconteceu isto em

Tancos, a primeira coisa que faria era dar conhecimento aos serviços de informações e às polícias.

É evidente que as coisas deviam ter sido acionadas de imediato, até porque quando esse equipamento estava a ser movimentado talvez houvesse ainda a possibilidade de detetar alguma coisa relacionada com o furto. Não foi isso que aconteceu.

Mas, vamos ver, quando se teve conhecimento, é evidente que os serviços e as polícias começaram logo a acionar os seus próprios meios. Não era necessário haver logo uma reunião de coordenação até porque esta coordenação surgiu em tempos não muito distantes.

Também já se falou aqui porque é que só 48 horas depois é que houve reunião da UCAT, mas essa é uma questão que só a Sr.^a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna pode esclarecer. Sobre isso não posso acrescentar mais nada.

O que posso dizer é que os Serviços de Informações, mal tiveram conhecimento do que se tinha passado, acionaram os meios de que dispunham para tentarem obter alguns elementos relacionados com o furto.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Terá havido uma reunião do SISMIL a 29 de junho, onde terá sido analisada e feita essa primeira coordenação. Pode dizer-nos alguma coisa sobre essa reunião.

O Sr. **Juiz Conselheiro Júlio Pereira**: — Não foi mencionada nenhuma reunião imediatamente a seguir, pelo menos envolvendo o Serviço de Informações.

O Sr. **Presidente**: — Tenho uma manifestação de vontade para uma segunda ronda, aliás, pelo grupo parlamentar ao qual competiria iniciar a segunda ronda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, coloco algumas questões muito rápidas que decorreram das respostas que o Sr. Doutor deu.

Já percebemos que o enquadramento que os Serviços de Informações fazem é de um crime de oportunidade, não de uma estrutura organizada, estruturada, permita-me a redundância, que tenha cometido o crime e, portanto, são apanhados de alguma forma de surpresa.

Não alteram o grau de ameaça, mas a determinada altura o Sr. Dr. Juiz Conselheiro refere que alterou, no setor específico do tráfico de armas, a vigilância. Pergunto: foi isso que aconteceu? Isto é, direcionaram alguma atenção relativamente a esta matéria para este subsector da atividade dos Serviços de Informações? Sim ou não? Se sim, pergunto se obtiveram alguma informação relevante nessa nova vigilância, se nos pode partilhar, e se ela foi ou não partilhada pelo Ministério Público, caso tenha existido essa mesma obtenção.

Depois, o Sr. Juiz Conselheiro, a determinada altura do seu depoimento, diz que, em momento posterior, há a análise do risco e refere por duas vezes a ligação ao continente africano. Pergunto: por que é que refere essa realidade concreta? É a República Centro-Africana que está em causa na análise do SIS e o facto de termos forças especiais destacadas na República Centro-Africana? Qual é a ligação a essa matéria?

Já agora, faço uma pergunta mais genérica. Qual é a avaliação que faz — que nós não fazemos, porque muitas vezes parece-me instrumental — desta desarticulação ou do facto de a PJ, a PJM e outras forças e serviços de segurança andarem de «costas voltadas». Pergunto-lhe se, numa avaliação mais global, não é verdade que demos passos na melhoria do inter-relacionamento entre forças e serviços de segurança.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José de Matos Rosa.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Doutor, tenho três ou quatro perguntas para fazer. Uma delas é a de saber por que é que reuniu o UCAT e não reuniu o Conselho Superior de Segurança Interna? Gostaria que dissesse, se pudesse, quais são as instituições que fazem parte do UCAT porque, para mim, faria mais sentido reunir o Conselho Superior de Segurança Interna do que o próprio UCAT, quando sabemos que até só um convidado e mais uma outra instituição é que defendia que se tratava de um ato terrorista e que o que estava em causa eram questões de terrorismo.

Outra questão que queria colocar-lhe era a de saber se e quando é que reuniu sobre este assunto o Conselho Superior de Segurança Interna.

Circulava já há algum tempo, cerca de um ano antes do roubo, que existia, na Europa, uma lista de compras de material muito parecido com o que foi roubado em Tancos. Dizia-se que o SIS sabia, acompanhava e estava a investigar essa lista de compras que existia a nível europeu e que tinha sido fornecida por congéneres europeias, até da Europol, e outras congéneres a nível mundial.

Pergunto se confirma essa lista de armas e, havendo essa lista, e se os paióis é que tinham esse material, pergunto se foi ou não comunicada à instituição militar a existência e o perigo dessa situação.

Outra questão que coloco tem a ver com o grau de ameaça, porque, afinal, mudou alguma coisa com o grau de ameaça, que eu saiba. Só se dentro de cada grau de ameaça — e queria que o Sr. Doutor me explicasse — existem vários graus. É que, pelo que sei e pelo veio a público, a PSP, a GNR, o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), os próprios Serviços de Informação, tal como o Sr. Doutor acabou de referir, tomaram medidas imediatas em relação aos aeroportos, a festivais de verão, a grandes

ajuntamentos que existiam no País, a pontos turísticos. Pelo menos há várias notícias de jornal segundo as quais foram tomadas logo medidas por parte das várias forças armadas, desde a GNR, ao SEF, à PSP. São estas as perguntas sobre as quais gostaria que me esclarecesse.

O Sr. **Presidente**: — O Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o do Bloco de Esquerda não têm questões a colocar, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, só uma pequeníssima precisão.

Tal como disse o Sr. Deputado Matos de Rosa, e estou de acordo, temos de perceber como é que isto é determinado, como é que o risco é avaliado e como é que o grau de ameaça é determinado, antes e depois, e em função das circunstâncias e, já agora, como é que isto é partilhado com outros serviços e se, neste caso, tivemos ou não informação externa de parceria com outros serviços que possa ter sido relevante para o apuramento e para se saber o que é que aconteceu, porque sabemos que há serviços particularmente atentos a esta matéria, e sobretudo a um volume de material de guerra desta quantidade «à solta» ou pelo menos em paradeiro desconhecido, passo a expressão.

A última matéria em relação à qual preço que precise prenda-se com o seguinte: segundo notícias que vi na comunicação social há uma indicação — não sei se confirma ou não — de que poderíamos estar perante um mesmo grupo, ou seja, podemos estar a falar de criminalidade altamente organizada e o grupo da *Glock* da PSP ser exatamente o mesmo que esteve envolvido. O que significa que haveria um grupo a atuar em Portugal, em várias circunstâncias, em vários cenários, representando uma ameaça muitíssimo séria. Pode dizer-nos algo sobre isto?

O Sr. **Presidente**: — Conclui-se, assim, a segunda ronda.

Tem a palavra o Sr. Doutor Júlio Pereira para responder às questões colocadas.

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Quanto ao grau de ameaça — e isto vai ao encontro de várias perguntas que foram feitas —, o grau significativo foi em relação à questão do tráfico de armas, crime organizado. O grau de ameaça foi moderado mas significativo nesse vetor. Esta é uma situação que concorre em vários cenários. Há alturas, em certas datas comemorativas, em que convém fazer uma proteção reforçada, por exemplo, a determinadas embaixadas ou consulados de determinados países, ou em relação a determinados eventos. Faz-se isso para haver um reforço maior em determinadas datas ou locais. Penso que isto corresponde a várias das perguntas que foram aqui colocadas.

Portanto, o grau geral é um, mas pode haver vetores que tenham um grau acima. Pelo menos enquanto eu estive no SIRP nunca se ultrapassou o grau significativo, nunca se foi além disso.

Em relação à questão do Sr. Deputado Jorge Machado que perguntou por que é que falei em África. Há uma relativa proximidade em termos de exportação de material, há uma procura significativa desse tipo de equipamento e tivemos pessoas que estiveram nesses cenários e que podiam ter contactos com gente daí.

Depois perguntou se não seria de melhorar a articulação com as Forças Armadas, mas isso tem acontecido, efetivamente. Aliás, com a criação do Sistema de Segurança Interna (SSI), previu-se a participação das Forças Armadas em grande parte das reuniões que lá se fazem, que era uma coisa que antes não acontecia. Portanto, há uma articulação melhor com as Forças Armadas.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado sobre se devia reunir a UCAT ou o Conselho Superior de Segurança Interna, a UCAT é o órgão mais operacional e foi uma opção da Sr.^a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna porque aquilo que assusta mais logo à partida é a hipótese de um atentado terrorista e, como na UCAT estão representadas praticamente todas as forças e serviços de segurança, seria, em termos operacionais, o organismo adequado para discutir as questões relacionadas com Tancos.

O Conselho Superior de Segurança Interna tem uma vertente mais política, não é virado para questões que acontecem no dia-a-dia.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Mas isto não era uma questão do dia a dia!

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Houve uma reunião do Gabinete Coordenador de Segurança, onde este presente o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros — penso que dia 5, no princípio de agosto —, onde se discutiu mais no plano político este tipo de questões, se fez uma apresentação mais detalhada do grau de ameaça e por que é que se situava num grau moderado.

O Sr. Deputado também falou no reforço nos aeroportos e em grandes ajuntamentos, etc. Isso tem a ver também com aquela avaliação nesse vetor de grau significativo. Por outro lado, nos grandes ajuntamentos, em geral, havia sempre um reforço das medidas de segurança. Vimos aquilo que aconteceu em vários países, designadamente em França e em Inglaterra, em que agentes de ameaça terrorista aproveitavam essa oportunidade para fazer um maior número de vítimas. Portanto, era uma prática que se seguia aqui em Portugal, e que, penso, ainda hoje se segue, quando há esse aglomerado de pessoas.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Telmo Correia...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Presidente, já agora, se me permite, tinha feito uma pergunta muito direta quanto à lista de compras e se o SIS estava há cerca de um ano a monitorizar essa lista de compras que coincidia com a lista do material que foi roubado.

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — O SIS não tinha essa lista. Não sei por onde é que ela andava. Pelo menos, que eu tenha conhecimento, não... É um bocado estranho.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Não conhece nem nunca houve investigação dessa lista?

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Não me foi reportado nada em relação a qualquer lista de compras.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Há aqui qualquer coisa que não bate certo.

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Pois haverá ...

Risos.

Não houve também informação externa relevante relacionada com este caso e, como já disse há pouco, também não vejo que tenha havido relação entre o assalto das *Glock* da PSP e aquilo que se passou em Tancos.

Sr. Presidente, queria ainda dizer que, no dia 6 de novembro de 2017, arrumei a minha ligação com os Serviços de Informações e direcionei as

minhas capacidades para outras funções que não são menos relevantes. Portanto, não procurei esquecer aquilo que se passou, mas, de facto, afastei-me das temáticas relacionadas com a segurança nacional. Interesse-me por elas, mas afastei-me. Portanto, se há alguma imprecisão da minha parte, alguma coisa que possa ter acontecido, peço a vossa indulgência, mas, de facto, se aconteceu, foi, de facto, em resultado do tempo.

O Sr. **Presidente**: — Certíssimo. Não registo nenhuma inscrição para a terceira ronda, portanto, podemos dar por concluída esta reunião...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, gostaria de precisar um aspeto. De facto, e pegando na última pergunta do Deputado Matos Rosa, a informação que temos em relação à suposta lista de compras foi a de que ela foi comunicada na tal reunião de dia 30 da UCAT por um responsável do SIS, que diz expressamente existir uma avaliação de organizações europeias ligadas ao tráfico de armas e existir a circular uma lista de material semelhante ao material em questão. E, portanto, o Sr. Diretor, isto é o Sr. Doutor (estava a remetê-lo ao momento anterior) poderá não ter essa informação, mas, de facto, isso é dito na tal reunião, tal como é referida a questão da viatura.

O Sr. Juiz-Conselheiro **Júlio Pereira**: — Escapou-me...

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, está, então, concluída a reunião de hoje.

Amanhã, pelas 17 horas, como sabem, está agendada a audição da Dr.^a Graça Mira Gomes na qualidade de Secretária-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa.

Agradeço ao Sr. Dr. Júlio Pereira.

Está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 38 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.